

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 23/10/2024

Elwara  
Concelção de Marla Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado Evandro

Gomes  
para relatar.

Em 29/10/24

WM  
Presidente da Comissão de Constituição  
e Justiça

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 195/2024

AUTOR: DEPUTADO FRANZÉ SILVA

RELATOR: DEPUTADO EVALDO GOMES

### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei de 21 de outubro de 2024 de autoria do Deputado Estadual Franzé Silva, institui a **Semana Estadual do Trabalho Digno**.

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 195/2024, observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e Justiça assuntos atinentes a **direitos e garantias fundamentais**. Vejamos o art. 123, I, d:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas respectivas competências e atribuições são as seguintes:

I - **Comissão de Constituição e Justiça:**

d) assuntos atinentes aos **direitos e garantias fundamentais**, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça, títulos de cidadania e reconhecimento de utilidade pública;

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

O direito ao trabalho é consagrado pela Constituição Federal em seu Título II, que versa sobre os direitos e garantias fundamentais, preconizado pelo artigo 6º, o qual elenca os direitos sociais que o Estado tem o dever de proporcionar.

**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

A Carta Magna aduz ainda em seu artigo 8º que o trabalho é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

II *casu*, o proponente visa instituir a Semana Estadual do Trabalho Digno com realização de palestras, oficinas e outras atividades em parceria com a iniciativa privada visando fortalecer o combate ao desconhecimento da população sobre um tema tão caro ao bem estar da coletividade.

Além disso, instituir uma Semana Estadual sobre o assunto alinha-se ao objetivo de mobilização sobre temas prioritários de trabalho a serem executados ao longo do ano e possibilita maior visibilidade e reconhecimento das ações planejadas e executadas além do fortalecimento da integração e articulação entre os setores da saúde, educação e trabalho em todo o Piauí.

Além disso, instituir uma Semana Estadual sobre o assunto alinha-se ao objetivo de mobilização sobre temas prioritários de trabalho a serem executados ao longo do ano e possibilita maior visibilidade e reconhecimento das ações planejadas e executadas além do fortalecimento da integração e articulação entre os setores da saúde, educação e trabalho em todo o Piauí.

Além disso, instituir uma Semana Estadual sobre o assunto alinha-se ao objetivo de mobilização sobre temas prioritários de trabalho a serem executados ao longo do ano e possibilita maior visibilidade e reconhecimento das ações planejadas e executadas além do fortalecimento da integração e articulação entre os setores da saúde, educação e trabalho em todo o Piauí.

### III - VOTO

desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.

ALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 11 de novembro de 2024.

\_\_\_\_\_  
DEP. EVALDO GOMES  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE EM, 12/11/24
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: Justiça